

ESTRATÉGIAS COMPARADAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL: OS HORTOS GUARANI, CÓRREGO RICO E IBITIÚVA

Joelson Gonçalves de Carvalho¹

INTRODUÇÃO

Neste artigo parte-se da premissa de que os estudos de caso precisam transcender o caráter meramente empirista, devendo relacionar fatos a conceitos e realidades a hipóteses (NORDER, 2004); por isso, buscou-se analisar os limites e as possibilidades destes assentamentos serem instrumentos para a melhoria das condições de emprego e de vida da população ali assentada. Tendo como base a tese de doutorado do autor (CARVALHO, 2011), muitas questões aqui são apenas apontadas, pois o tamanho do texto é por si só um limitador do aprofundamento dos temas, contudo, é importante deixar claro que a região escolhida não foi aleatória, pois é nesta região que o desenvolvimento das forças produtivas se consolidou, gerando grandes cadeias agroindustriais – especialmente a sucroalcooleira –, que se deram a partir do incremento científico-tecnológico com suas patentes alterações na quantidade de trabalho necessário, o que por seu turno alterou a composição técnica e orgânica do capital. A capitalização do setor agropecuário consolidou essa região como um dos polos agroindustriais mais importantes do Brasil.

Com o objetivo de contribuir para desmistificar a percepção largamente difundida de que os assentamentos rurais têm se caracterizado como favelas rurais, formadas por pessoas sem histórico e vocação agrícola, este artigo vem reforçar a ideia de que os assentamentos rurais são importantes espaços econômicos, políticos e sociais de produção e reprodução social. Pretende-se também demonstrar que em regiões de forte predomínio do agronegócio, existe forte desigualdade presente no campo, acompanhada de expressiva luta pela terra por parte de movimentos sociais camponeses organizados.

Tendo estes objetivos, o artigo analisa os limites e as possibilidades de três assentamentos rurais em antigas áreas de hortos florestais na região de Ribeirão Preto, a saber: os hortos Guarani, Córrego Rico e Ibitiúva, estabelecendo como critério analítico

¹ Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp e Professor do Departamento de Ciências Econômicas e Exatas do Instituto Três Rios, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (DCEEX/ITR/UFRRJ). Email: joelsonjoe@yahoo.com.br

as seguintes perguntas: a implementação de uma política de reforma agrária continua sendo importante para a melhoria das condições de emprego e de vida para a população rural? Como estas condições de emprego e vida mudaram para a população assentada nos estudos de caso em questão? A partir de entrevistas com agentes representativos da questão agrária local e regional, a problemática proposta neste artigo ganha relevância na medida em que apresenta uma alternativa ao pensamento conservador, segundo o qual o agronegócio seria a solução dos problemas agrícolas e agrários no país.

A proposta também é a de contribuir para reforçar a existência e a atualidade da questão agrária nacional e sua não resolução no estado de São Paulo, caracterizado muitas vezes apenas por sua agricultura moderna, diversificada e rentável.

1. ASSENTAMENTO HORTO CÓRREGO RICO

O horto florestal Córrego Rico foi implantado em 1935, pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, e transformado em assentamento rural em 1998. A ocupação do horto ocorreu em maio de 1998, por um grupo de 50 famílias de trabalhadores rurais organizados pela FERAESP. A área ocupada estava sob a responsabilidade administrativa da CODASP (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo) e tem uma área total de 468,08 hectares. É composto por 47 lotes familiares de 7,7 ha, totalizando 361,80 ha de área agrícola e 97,02 ha de áreas destinadas à reserva florestal legal e preservação permanente.

Os trabalhadores assentados, em sua maioria, eram volantes no corte de cana, residentes em Guariba, município limítrofe, tendo participado em 1984, das mobilizações e greves de “boias-frias” daquele município. Segundo entrevistas realizadas no assentamento, a conquista da área foi rápida e sem conflito, demorando menos de seis meses para o então governador Mário Covas disponibilizar a área para fins de reforma agrária. Entretanto, o acesso à terra, mesmo sendo rápido, foi problemático, pois as primeiras explorações ocorreram em uma área de preservação permanente, o que, por seu turno, desdobrou-se em um inquérito civil contra os assentados. Decorrentes deste processo civil, a comunidade assentada e a Fundação ITESP ficaram solidárias na recuperação da área de preservação permanente, o que vem ocorrendo, por meio de parcerias com empresas que possuem passivo ambiental, de acordo com relatórios do grupo de gestão ambiental do ITESP (OLIVEIRA, 2006, p. 61).

O assentamento que já foi considerado modelo, com exportação de quiabo para a Espanha, França e Portugal, apresentava, durante as visitas de campo, dificuldades institucionais e, entre outros limitadores, problemas no acesso à água para tratamentos agrícolas. Todavia, tem conseguido apresentar estratégias de produção capazes de manter as famílias assentadas nos seus respectivos lotes, com significativa melhoria das suas condições de vida.

O assentamento Córrego Rico é bastante diversificado em sua produção. Durante a pesquisa de campo, registraram-se, entre os cultivos de maior expressão milho, hortifrutigranjeiros em geral, café e fruticultura. O solo é considerado de alta fertilidade. A maioria dos assentados utiliza fertilizantes químicos, mas em uma dosagem mínima, por falta de recursos financeiros.

A produção para o autoconsumo é uma prática adotada por todas as famílias. Carne suína, aves, ovos, mandioca, milho verde, frutas diversas, verduras e legumes compõem a produção destinada à alimentação básica de todas as famílias, com “fartura”, segundo as entrevistas realizadas. É certo que esta produção não é suficiente para atender a todas as demandas alimentares, por diversas razões, mas a assistência técnica do ITESP é enfática no que se refere à importância da produção para autoconsumo. Segundo entrevista com o técnico, não adiantaria ao assentado ter uma fonte de renda baseada em um único produto e ter que comprar verduras, ovos, legumes, entre outros.

Pela visita de campo e entrevistas realizadas, observou-se que as famílias assentadas têm entre quatro e seis membros e caso recorressem ao mercado local para adquirir os produtos alimentícios dificilmente encontrariam atividades agropecuárias com possibilidade de geração de renda suficiente para este gasto. Ademais, levantamentos feitos pelo ITESP, em 2008, estimaram que, para famílias com quatro membros, o preço de mercado para comprar os hortifrutigranjeiros provenientes dos lotes agrícolas chegava até R\$ 4.200,00 ao ano ou R\$ 350,00 por mês. Isto representa algo em torno de 20% a 25% do total da renda agrícola bruta para a maioria dos assentados².

A cultura do milho é a principal fonte de renda das famílias assentadas e seu cultivo tem a ver com os primeiros projetos desenvolvidos pelo ITESP para o

² Os técnicos do ITESP, periodicamente fazem levantamentos abrangentes sobre a situação dos assentados. A sistematização destas informações é conhecida como “cadernos de campo” e fica disponível na intranet do Instituto. Mesmo solicitadas, não foram liberadas informações destas sistematizações.

desenvolvimento da área. Para a obtenção dos primeiros créditos, notadamente o PRONAF A, foram feitos projetos de produção que contemplavam fruticultura e produção de milho, integrado com a suinocultura.

O milho assumiu a função de principal gerador de renda agrícola. Para valores de 2010, o assentamento registrou, em alguns lotes, a produção de 500 sacas de milho, com preços de venda em torno de R\$ 30,00 a saca, resultando em uma receita bruta de até R\$ 15.000,00 ou R\$ 1.250,00/mês por família. Este valor não é a média, que, de modo geral, está entre R\$ 6.000,00 e R\$ 7.500,00 ao ano, por família. Os lotes que registram menor produção optaram por consorciamento com a mucuna, uma leguminosa que nitrogena o solo e reduz a necessidade de gastos com adubos químicos³. Os produtores que optaram pelo consórcio colheram, em média, dois mil quilos da leguminosa, vendendo-a a R\$ 1,00 o quilo.

Dos projetos iniciais de fruticultura, a goiaba foi a única que ganhou relevância econômica. Existe um grupo mais organizado para o cultivo da fruta, formado por seis famílias, que negociaram a venda para uma agroindústria de doces e, de acordo com o levantamento primário feito na pesquisa de campo, venderam na última safra 7.500 quilos da fruta, por produtor, a um preço de R\$ 0,35. Além da goiaba, algumas famílias cultivavam mandioca, para venda a atacadistas. Mesmo não sendo uma regra geral, uma das famílias assentadas, pioneira no plantio da rama, registrou uma produção de 1000 caixas de 20 quilos cada, vendidos a um preço de R\$ 0,40. A comercialização está assegurada a dois atacadistas da região e a renda bruta estimada é de R\$ 8.000,00 ao ano com o produto.

A realidade de cada produtor é bem específica; entretanto, como ilustração, cabe descrever a produção de um assentado considerado bastante dinâmico pelos seus vizinhos (Tabela 1). Este produtor, ex-cortador de cana no município de Guariba, reside com a esposa e mais oito pessoas da família no lote. A mão de obra é composta por quatro pessoas da família. Segundo suas próprias informações, o gasto anual com fertilizantes químicos gira próximo a R\$ 800,00 ao ano.

³ O consórcio entre milho e mucuna é indicado pela Embrapa como uma forma de aumentar a produtividade de solos com relativa exaustão, como o caso do assentamento Córrego Rico, antes destinado à plantação de eucalipto. Conhecida como adubação verde, esta técnica tem baixo custo e propicia, além da cultura principal, no caso o milho, uma cultura secundária.

Além da renda agrícola demonstrada na tabela seguinte, a família ainda conta com R\$ 80,00 por mês de bolsa-família e mais R\$ 1.500,00 de salário de um filho com emprego formal fora do assentamento.

Produto	Produção Anual	Preço de venda	Receita bruta anual
Milho	430 sacas	R\$ 28,00/saca	R\$ 12.040,00
Goiaba	3.700 quilos	R\$ 0,35/quilo	R\$ 1.295,00
Mandioca	320 caixas	R\$ 13,00/caixa	R\$ 4.160,00
Café	50 sacas	R\$ 190,00/saca	R\$ 9.500,00
Frango	180 aves	R\$ 15,00/frango	R\$ 2.700,00
Total bruta anual	-	-	R\$ 29.695,00
Total bruta mensal	-	-	R\$ 2.474,85

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas realizadas. Outubro de 2011.

O produtor descrito na tabela anterior destoa da média. Em síntese, a maioria das famílias tem milho, goiaba, café e suínos, que geram renda média de R\$ 10.000,00 por família ao ano, fora o autoconsumo. Obviamente não é uma renda expressiva, mas há que se considerar a participação de rendas não-agrícolas na composição do orçamento familiar.

O tamanho reduzido dos lotes individuais, o número de membros das famílias em idade ativa de trabalho, a opção por culturas que demandam pouca mão de obra e o baixo nível de renda per capita gerada na propriedade acabam por propiciar a possibilidade de que alguns membros da família possam trabalhar fora do horto. Atividades como pedreiro, servente, empregadas domésticas, tratoristas e babás foram as mais lembradas pelos entrevistados. Todavia, segundo estimativas do técnico responsável, o total de trabalhadores em atividades fora do assentamento não é superior a 25% de seus residentes.

O grau de organização das famílias assentadas no Córrego Rico contribuiu sobremaneira para o acesso a serviços que colaboraram para a melhoria da qualidade da saúde e da educação. Neste assentamento foram registrados importantes avanços, tais como água encanada em todas as casas para consumo humano, energia elétrica, coleta de lixo e fossas sépticas. Muito destas conquistas se deve à Associação Terra Rica⁴.

⁴ Neste assentamento a energia elétrica chegou pouco antes do programa federal “Luz para Todos”. Em 2002, os assentados, sem luz elétrica, aderiram ao programa estadual “Luz no Campo”, pagando o benefício, junto com a conta de luz, em prestações médias de R\$ 30,00 por sessenta meses. Apenas um ano depois, o “Luz para Todos” chegou à região, totalmente gratuito.

Esta associação congrega 39 das 47 famílias assentadas e é a mais atuante de toda a região. A primeira iniciativa da Terra Rica em 2002, ano de sua constituição, foi a captação de recursos através de um projeto de cooperação técnico-científica entre os assentados e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), com o objetivo de produzir plantas medicinais no horto. Para fazer parte do projeto, os assentados constituíram a associação que recebeu recursos financeiros da ordem de R\$ 148.695,15 para melhoria da infraestrutura local. Com os recursos, foram adquiridos um trator, uma roçadeira, uma grade, além da construção de um barracão para uso comunitário⁵.

A experiência da Terra Rica com a FIOCRUZ estimulou novos projetos de parcerias. Com o auxílio da CATI e do ITESP, os assentados receberam, entre os anos de 2007 e 2008, auxílio técnico e financeiro para o desenvolvimento de ações de conservação do solo e da água que melhoraram significativamente o assentamento. Foram feitas, em 280 hectares, curvas de nível e terraceamento, além da construção de fossas sépticas biodigestoras e cursos de saneamento rural, conservação do solo e processamento artesanal de doces. Também em 2008, a Terra Rica conseguiu recursos do Programa de Microbacias para instalar novas fossas sépticas. Diante de tudo isto, mesmo com limitações próprias de comunidades rurais, pode-se perceber que a melhora nas condições de vida dos assentados se deveu ao seu grau de organização social⁶.

As residências das famílias assentadas estão dentro de um perfil considerado bom ou ótimo para todos os entrevistados. Em todas as entrevistas reforçou-se que as atuais condições de moradia são melhores que as anteriores ao assentamento, tanto pela qualidade dos imóveis quanto pelo não pagamento de aluguel, em alguns casos.

No que tange ao acesso à saúde, o assentamento é atendido por uma equipe do Programa Saúde da Família, cuja base é o Distrito de Córrego Rico. Os mais necessitados são encaminhados aos postos médicos de Jaboticabal. Os beneficiários contam com a atuação de uma assentada como agente comunitária de saúde, que ajuda nos trabalhos de prevenção e na entrega de medicamentos. No que tange à educação, tanto as condições de acesso quanto do perfil educacional dos residentes no assentamento melhoraram, segundo os relatos colhidos.

⁵ Segundo entrevista, o projeto deu certo, mas ficou inconcluso, pois a FIOCRUZ interrompeu as atividades de pesquisa.

⁶ O Programa de Microbacias II está na fase de manifestação de interesses. A proposta do Assentamento Córrego Rico para aquisição de novas máquinas e equipamentos foi considerada elegível. São 143 entidades e associações de produtores que manifestaram interesse.

O exemplo da quase erradicação do analfabetismo entre jovens e adultos chama a atenção. O Projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA) através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) encontrou bastante espaço na região, tendo o Córrego Rico reduzido o analfabetismo de 32 para apenas três pessoas. O EJA, nos assentamentos da região, é desenvolvido através da parceria entre a UNIMEP e a OMAQUESP⁷. O programa contou com o apoio da prefeitura e foi desenvolvido dentro da área por monitoras da própria comunidade.

A falta de água para produção agropecuária e as limitadas formas de comercialização são as principais dificuldades listadas. No que se refere à água, as limitações geradas por uma extensa laje de pedra, localizada entre quatro e seis metros de profundidade, inviabiliza financeiramente a instalação de poços cacimbas nos lotes e impede, inclusive, o uso de tecnologias simples como a de gotejamento.

Por fim, não é propósito aqui quantificar a melhora das condições de vida dos assentados; mas, em termos qualitativos, antes do assentamento, estes trabalhadores eram pagos para exercer uma atividade repetitiva em uma fase do processo produtivo, notadamente, o corte da cana. Para a usina, não faz diferença o grau de alfabetização dos volantes, desde que a produtividade individual esteja na média. Nos assentamentos é diferente, pois a própria busca por técnicas mais adequadas, mais eficientes, faz com que o assentado e os demais membros da família busquem novos conhecimentos formais ou tácitos.

2. ASSENTAMENTO HORTO IBITIÚVA

O Horto Florestal Ibitiúva, implantado em 1936 pela Cia. Paulista de Estradas de Ferro e transformado em assentamento rural pelo ITESP em julho de 1999, possui área total de 725,01 ha, composta por 43 lotes familiares de aproximadamente 8,5 ha, dispostos em uma área dividida em 367,09 ha agrícolas, 174,20 ha de áreas destinadas à reserva florestal legal e preservação permanente e 151 ha de área para manejo florestal. Ele foi ocupado em 1998 por trabalhadores sem-terra, organizados pela FERAESP. A maioria das famílias, segundo entrevistas realizadas, é oriunda de Bebedouro e Pitangueiras e tinha como atividade anterior o corte de cana na própria região.

⁷ Este projeto se insere no escopo do PRONERA e foi realizado pela UNIMEP, em parceria com a OMAQUESP, o INCRA e o ITESP, atendendo 11 assentamentos em todo o estado, dentre eles os três hortos aqui pesquisados.

Neste assentamento existe uma situação diferenciada dos demais pesquisados, pois em seu planejamento territorial, houve a cessão de uma parte da área coberta com eucaliptos para as 43 famílias assentadas, para a exploração florestal⁸. Esta atividade em particular, possibilitou às famílias a realização de investimentos na infraestrutura básica (residências de alvenaria, energia elétrica nos lotes, perfuração de poços artesianos e aquisição de máquinas e implementos para viabilizar a produção agropecuária).

Nos últimos anos, houve a introdução do cultivo da cana-de-açúcar, em um sistema de parceira com a Usina Andrade Açúcar e Álcool S/A, instituída pela Fundação ITESP através da Portaria 77/2004, que autoriza os beneficiários de projetos estaduais de reforma agrária a estabelecerem parcerias na produção agrícola com empresas agroindustriais. Esta parceria contribuiu com o aumento da renda anual das famílias assentadas; contudo, gerou conflitos internos entre os próprios assentados e também de ordem institucional nos planos estadual e federal⁹.

No início do assentamento, as famílias se organizavam para ter acesso à cesta básica, pois quando houve a ocupação, a área estava coberta de eucaliptos e ainda não estava disponível para reforma agrária. A análise de uma das entrevistas realizadas revela as dificuldades iniciais, quando as pessoas tinham dificuldade de plantar até o básico para comer por falta de área, de condições de solo, bastante desgastado com a cultura do eucalipto, e pela ausência total de recursos materiais e financeiros¹⁰.

Apenas em 2002 houve a regularização ambiental para o corte da madeira. Foi a partir desta data que os assentados perceberam melhorias nas suas condições de vida, beneficiados com parte da renda da venda da madeira. O corte do eucalipto também foi fundamental para a abertura de área para o cultivo de atividades agrícolas.

⁸ Em maio de 2003, o Conselho Curador da Fundação ITESP (instância deliberativa da Fundação ITESP) aprovou os Planos de Manejo Florestais dos Assentamentos Ibitiúva e Reage Brasil (RA de Barretos), com áreas de aproximadamente 3,5 hectares cada, para desenvolvimento de planos de manejo.

⁹ Os conflitos de ordem institucional estão explicitados em Carvalho (2012).

¹⁰ Um momento especial da pesquisa de campo foi a entrevista com Seu Zico, um assentado pioneiro no horto Ibitiúva que relatou assim a chegada na área: *“Eu vou falar pro senhor a verdade, nós pegamos está terra aqui no mato. [...] Nós pegamos a terra e nada. [...] Eles deram três hectares de madeira pra cada um. Veio do céu, eu agradeço, veio do céu mesmo. Olha, eu vou falar pro senhor, nós não tinha mais cobertor, [...], eu trabalhava destes chinelinho de tomar banho, aqueles porqueira, eu não tinha sapatão para pôr, não tinha mais roupa, não tinha panela, não tinha um fogão, não tinha uma televisão, não tinha sofá, mais nada mesmo. Tinha dia de nós dormir sem comer. Olha, apareceu um japonês de Ibitiúva que pagava quinze reais por cobra que nós pegava. Cascavel quinze, urutu quinze. O senhor sabe que eu tinha um medo de cobra terrível, virei caçador [risos]. Não é mentira não! Caçador de cascavel. Até que um cascavel me pegou, mas não foi na caçada dele não, foi depois, eu trabalhando aqui né? O que é certo é certo.”*

Para se ter uma ideia da importância da extração da madeira para a formação inicial do assentamento, o valor total recebido pela venda foi de R\$ 981.365,33, divididos entre as 43 famílias¹¹.

Os créditos chegaram de forma desordenada: apenas os assentados que tinham área sem eucaliptos (26 famílias, em 2002) puderam pleitear os primeiros recursos do PRONAF. Os demais tiveram que esperar até 2004. A inadimplência é elevada e o interesse em renegociar as dívidas é pequeno.

Nos últimos cinco anos, a principal fonte de renda do assentamento é, de longe, o cultivo da cana-de-açúcar, atividade desenvolvida por 90,5% das famílias assentadas, em áreas que ocupam até 50% dos lotes individuais. Segundo dados colhidos em entrevista com o técnico responsável pelo assentamento, 39 beneficiários aderiram à proposta de parceria com a usina Andrade Açúcar e Álcool S/A. Nesta parceria, a usina realizou investimentos na retirada dos tocos de eucaliptos, preparação do solo e plantio, descontando dos assentados-parceiros, os gastos iniciais nas três primeiras safras.

Questionado quanto à possibilidade de a cana ser uma atividade discrepante da lógica da agricultura familiar, o técnico do ITESP esclarece que a introdução desta cultura, através da parceria com uma usina sucroalcooleira, propiciou o efetivo início de uma produção agropecuária no horto, a partir da destoca dos eucaliptos e do preparo do solo, seguido do plantio¹². Estas ações eram urgentes, mas estavam além da capacidade financeira das famílias assentadas¹³.

Todas estas etapas foram feitas pela usina e depois descontadas. A renda da quarta safra, no quarto ano, foi paga integralmente aos agricultores. No primeiro ano, o desconto foi de 50% dos gastos realizados pela usina na receita recebida pelos assentados. No segundo ano, o desconto foi de 30% e, no terceiro, foi de 20% sobre a renda devida aos assentados. Na quarta safra, descontados apenas os insumos, o valor recebido por família variou de acordo com a produtividade, ficando entre R\$ 20.000,00 e R\$ 25.000,00.

¹¹ Foram aproximadamente 2.500 caminhões carregados, tendo a maior parte da mão de obra para colheita e carregamento, sido feita por assentados (OLIVEIRA, 2006, p. 50).

¹² Destoca é o processo de retirar o toco e as raízes do eucalipto do lote. Devido à profundidade das raízes, este processo só pode ser feito utilizando-se maquinário pesado, indisponível aos assentados.

¹³ Ainda sobre este ponto o técnico continua: “*Eu não faço uma avaliação de uma cultura de agronegócio, aqui dentro temos a cana, mas também outras atividades que as pessoas não abrem mão, por exemplo, a olericultura*”.

**Tabela 2 – Produção e renda agropecuária de uma família assentada
(ano agrícola de 2010/2011)**

Produto	Produção Anual	Preço de venda	Receita bruta anual
Cana-de-açúcar	-	-	R\$ 16.000,00
Hortaliças	-	-	R\$ 1.200,00
Mandioca	15 caixas	R\$ 10,00/caixa	R\$ 150,00
Total bruta anual	-	-	R\$ 17.350,00
Total bruta mensal	-	-	R\$ 1.445,83

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas realizadas. Outubro de 2011. Algumas informações estão incompletas, pois os entrevistados não souberam responder.

O núcleo familiar, composto por quatro pessoas e descrito na tabela 2, tem uma despesa de aproximadamente R\$ 6.000,00 ao ano com fertilizantes e agrotóxicos em geral. Fora a renda agropecuária, existe a renda de mais um salário mínimo, advinda de benefício de um aposentado. A família ainda conta com um trator e implementos básicos (arado, grade, roçadeira, pulverizador), um carro e um caminhão de pequeno porte, adquiridos com recursos provenientes da venda da madeira no início do assentamento. Os entrevistados não souberam precisar, mas afirmaram que a renda é um pouco maior, pois existem ainda vendas eventuais de aves. Um fato importante registrado é que para este núcleo familiar as condições de trabalho e vida melhoraram devido à diminuição da jornada de trabalho.

Os contratos em andamento terminam em 2012 e ainda não houve, por parte da usina, sinalização de renovação, mesmo diante da insistência dos assentados. A tendência é que existam dificuldades adicionais na renovação da parceria, pois as usinas da região aderiram ao Programa Etanol Verde, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e de Agricultura. Este programa define um conjunto de adequações técnicas e ambientais que devem ser implementadas pelas agroindústrias sucroalcooleiras visando acelerar a mecanização do corte da cana.

Todos os lotes contam com olerícolas para o autoconsumo. Alguns contam com o cultivo de café, arroz, feijão, aves e suínos para consumo e venda. A maioria dos lotes tem gado para produção de leite e derivados. É difícil uma estimativa exata da renda, mas a partir das entrevistas realizadas, fora o cultivo da cana, em média, as famílias conseguem gerar uma renda agropecuária que varia entre R\$ 6.000,00 e R\$ 7.000,00 ao ano.

Apenas nove famílias estão entregando olerícolas e frutas ao PAA. Esta baixa participação tem a ver com a expectativa dos assentados de renovarem a parceria com usina sucroalcooleira local. Neste assentamento 10 famílias contam com bolsa-família e 15 com renda cidadã¹⁴ e aproximadamente 10 famílias contam com benefícios do INSS. Segundo entrevistas, os titulares dos lotes do assentamento não trabalham fora dos lotes, mas a maioria dos filhos sim, com renda mensal variando em torno de R\$ 800,00 e R\$ 1.300,00 ao mês por trabalhador.

Segundo entrevistas, o motivo principal para que exista grande quantidade de assentados em empregos fora do assentamento está diretamente ligado ao tamanho dos lotes que, considerados pequenos, acabam não comportando a quantidade de mão de obra familiar disponível, em muitos casos. A proximidade com o núcleo urbano do município também contribui, pois propicia o deslocamento pendular de indivíduos diariamente.

A produção do milho no Ibitiúva é para consumo próprio e alimentação animal que também, em sua maioria, é para o consumo próprio. Segundo estimativa do técnico entrevistado, a produção para autoconsumo neste horto é de aproximadamente 15% da renda bruta agrícola. Em outras palavras, o preço de mercado dos itens produzidos e consumidos pelas famílias era, em valores de 2008, aproximadamente R\$ 250,00 por mês ou R\$ 3.000,00 ao ano¹⁵.

A comercialização da produção, excetuando-se a cana que é totalmente comprada pela usina, sempre foi pouco eficiente. Os assentados não participam de feiras e, para comercializar os seus produtos, valem-se da venda direta, no comércio local, no município de Pitangueiras. Como são apenas nove famílias entregando seus produtos ao PAA, este canal de comercialização ainda é bem inexpressivo.

Do ponto de vista da mecanização, os assentados contam com a vantagem de produzirem a cultura principal da região, o que facilita a contratação de serviços de trator para adubação. Mas existem famílias que investiram em tratores com os recursos do eucalipto ou do PRONAF A. Então, direta ou indiretamente, todos têm acesso a máquinas e equipamentos para o cultivo em seus lotes.

¹⁴ A renda cidadã é um programa da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS). O público-alvo são famílias que residem em bolsões de pobreza, com renda mensal per capita de até R\$ 100,00, priorizando mulheres chefes de família.

¹⁵ Estes valores são de um levantamento feito pelo ITESP (não publicado), levando em consideração a produção de mandioca, ovo, frutas diversas e carne de pequenos animais, ou seja, os quatro produtos principais para o autoconsumo das famílias assentadas.

O assentamento depende bastante do uso de fertilizantes e o desenvolvimento de alternativas orgânicas é comprometido pela pulverização aérea de herbicidas feita pelas usinas da região que já comprometeram inclusive uma iniciativa de alguns assentados de produzir maracujá. O valor estimado é de aproximadamente R\$ 7.000,00 por ano em custo de fertilizantes e mão de obra para aplicação, notadamente a maior parte deste valor é para o plantio da cana.

A estruturação do assentamento, enquanto local digno de moradia, se deu quando ele recebeu energia elétrica e acesso à água através de poços cacimbas ou semi-artesianos. Mas as condições de saneamento ainda não são adequadas e a maior parte dos lotes é dotada de fossas negras. A troca de experiências com o assentamento Córrego Rico tem influenciado na alteração desta realidade. Já foram construídas 15 fossas sépticas, a partir de recursos dos próprios assentados e outros demonstram interesse, mesmo não havendo nenhum programa específico com recursos para ajudar financeiramente estas famílias¹⁶.

No que se refere à educação, a partir dos relatos colhidos, ficou claro que a maioria dos assentados tem hoje mais oportunidades de estudos formais ou cursos rápidos de qualificação agropecuária. Os projetos desenvolvidos no escopo do PRONERA são importantes exemplos de melhoria do acesso à educação. O EJA é uma realidade no assentamento e os jovens e adultos estão conseguindo manter a frequência escolar de duas a três vezes por semana para a sua alfabetização. O importante, segundo entrevistas, é que estão sendo sempre criadas oportunidades de aprendizagem, formal ou não, para as famílias assentadas. E o tempo de trabalho das famílias hoje é compatível com o estudo. Dentre as oportunidades que foram criadas, cabe registro a parceira do assentamento com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), durante o biênio 2005/2006, quando foram oferecidos cursos de operação e manutenção de tratores, agricultura orgânica e irrigação. Em 2007, junto ao SEBRAE, foram desenvolvidos cursos rápidos do Sistema Agroindustrial Integrado (SAT). Para os jovens, existe a possibilidade de educação formal, também via PRONERA.

¹⁶ Um problema encontrado em todos os assentamentos visitados, mas que também é regra em quase todas as regiões do país é a falta de tratamento, ou ao menos coleta adequada, das águas residuais das atividades domésticas.

No que diz respeito à saúde, houve um retrocesso no horto. O assentamento tinha atendimento médico do Programa Saúde da Família, contudo, desde 2007 os atendimentos locais foram interrompidos e transferidos para o distrito de Ibitiúva, fora do assentamento. Em casos de urgência, há transporte público e, em casos mais graves, os necessitados são levados até Ribeirão Preto. Na análise das entrevistas, percebeu-se insatisfação em relação às condições de acesso à saúde, entretanto, quando questionados sobre a situação anterior à de assentado, todos são enfáticos em dizer que houve relativa melhora. Do ponto de vista das ações preventivas, existe um controle da vacinação infantil e de idosos, além do controle de zoonoses entre cães e gatos.

O padrão das residências é considerado bom por todos os entrevistados, sendo todas de alvenaria. Os recursos disponibilizados pelo INCRA foram insuficientes e a maior parte das famílias injetou recursos próprios para a finalização das obras. O dinheiro adicional que os assentados usaram para investir em suas residências veio da área de manejo florestal, mencionado anteriormente. O acesso a estes recursos por parte dos beneficiários de reordenamento fundiário estadual foi fruto das reivindicações dos movimentos sociais.

Houve melhora nas condições de vida e trabalho dos assentados, segundo as entrevistas realizadas. As famílias, em sua maioria, eram compostas por trabalhadores ocupados no corte da cana na região. A precariedade da situação anterior à condição de assentadas as motivou a entrarem na luta pela terra. Os relatos mostram que, para estes indivíduos, as condições de trabalho melhoraram quando eles passaram de boias-frias a agricultores familiares. De todas as famílias assentadas, apenas duas eram trabalhadores rurais formais em atividades agropecuárias que não o corte da cana.

3. ASSENTAMENTO HORTO GUARANI

O assentamento Horto Guarani foi implantado no Horto Florestal Guarany que, assim como os anteriores, foi criado na década de 1930 pela Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Foi ocupado em 1992 e transformado em assentamento pelo ITESP, em 1999. Conta com uma área de 4.190,22 hectares divididos em 274 lotes, dos quais 214 estão em Pradópolis e 60 em área pertencente ao município de Guatapará. Os beneficiários deste horto são, segundo entrevistas *in loco*, oriundos da região de Campinas, devido à ação da FERAESP no município de Cosmópolis.

Da ocupação à constituição definitiva do assentamento, em 1999, não houve ação policial para reintegração de posse, permitindo aos acampados certa organização coletiva do trabalho. A baixa fertilidade inicial do solo, devido à cultura do eucalipto, foi uma das primeiras dificuldades. Até 1997, os acampados se dedicaram às culturas para o autoconsumo, tais como horticultura e criação de pequenos animais. Com a formalização da área em 1999, o ITESP assumiu, oficialmente, a assistência técnica rural do horto.

O Horto Guarani é o maior em área de cultivo individual na região. De modo geral, o assentamento apresenta as mesmas dificuldades dos outros hortos anteriores, a saber, produção limitada, dificuldade na comercialização e elevada inadimplência. Assim como ocorre no horto Ibitiúva, ganha força a parceria com a Usina São Martinho S/A para a produção da cana-de-açúcar enquanto uma cultura economicamente rentável para parte dos assentados.

Quando o ITESP assumiu oficialmente a assistência técnica rural do horto, surgiram os primeiros projetos agropecuários, especialmente criação de gado, estufas para hortaliças, encaminhados para a obtenção do PRONAF. É fato notório que a Fundação ITESP não disponibiliza recursos financeiros diretamente ao assentado, contudo, a ação da Fundação, intermediando recursos ou disponibilizando materiais, também foi fundamental para as primeiras atividades de produção no assentamento¹⁷. Na época, as famílias do Guarani (assim como as assentadas nas duas outras áreas de horto) tiveram direito a R\$ 12 mil, com três anos de carência e dez para o pagamento, além de contarem com um desconto de 40% sobre o valor das prestações como bônus de adimplência, caso o pagamento fosse feito até a data do vencimento¹⁸.

Os recursos do PRONAF A foram, na maioria dos casos, empregados em pecuária leiteira, mas os projetos foram comprometidos pela deficiência de recursos hídricos da área, comprometendo de maneira significativa o dinheiro empregado nestas atividades¹⁹.

¹⁷ No caso do Horto Guarani, o ITESP disponibilizou sementes, calcário e ajudou no processo de destoca dos eucaliptos e correção do solo. Além de assumir o custo das horas-máquina para a destoca, o ITESP também se responsabilizou pela correção do solo que foi feita com a utilização de calcário, tendo, cada família, o direito a 12 toneladas.

¹⁸ 226 famílias receberam os recursos do PRONAF em dezembro de 2001.

¹⁹ Isto explica o investimento em caprinocultura, uma vez que os animais demandam uma quantidade muito inferior de água, tanto para beber quanto, indiretamente, na alimentação pastoril.

O grupo que produz cana-de-açúcar o faz em parceria com a Usina São Martinho, via Portaria 77/2004. A associação pensada para operacionalizar o plantio de cana nasceu em 2007 e conta, segundo dados colhidos em pesquisa de campo, com 77 famílias parceiras, que destinam 50% da área agriculturável dos seus lotes para o cultivo da cana. A associação não tem o intuito de representar os assentados em outras questões que não o plantio da cana. Neste caso específico, a agroindústria parceira é a maior processadora de cana do mundo, sediada em Pradópolis²⁰.

Mesmo sendo uma fonte de conflitos institucionais, o plantio da cana-de-açúcar, em parceria com usinas sucroalcooleiras, é a atividade mais rentável desenvolvida no assentamento. Segundo dados colhidos *in loco*, a renda média gerada na safra 2009/2010 foi de aproximadamente R\$ 18 mil. Conforme entrevista com um dos técnicos responsáveis, o valor máximo registrado foi de um assentado que colheu 900 toneladas de cana, o que resultou em aproximadamente R\$ 30 mil ao fim da safra e o que menos produziu conseguiu uma renda aproximada de R\$ 11 mil²¹.

No contrato de parceria entre os assentados do horto Guarani e a usina, os investimentos iniciais foram feitos pela usina e foram descontados nas primeiras quatro safras, nas seguintes proporções: 40% na primeira safra e 20% nas três safras subsequentes. Todos os entrevistados que trabalham com a cana se dizem satisfeitos e interessados em renovar o contrato, mesmo que a colheita seja mecanizada. Em termos econômicos, o resultado financeiro da cana, na última safra (2010/2011), é o mais significativo dentre todas as atividades agropecuárias, com um valor registrado em torno de R\$ 15 mil. Mas existem assentados que, mesmo sem a produção de cana, conseguem sobreviver, como demonstrado na tabela 3.

²⁰ Em assembleia realizada em 13 de março de 2007, os assentados constituíram a Associação Agrícola Verde da Terra, com a ajuda organizacional do ITESP, do SEBRAE e da Prefeitura de Pradópolis, aprovando estatuto e composição da diretoria. Em maio do ano seguinte, a plantação já tinha sido concluída nos 77 lotes dos associados.

²¹ Segundo Amarante, vice-presidente da Associação Funcionários do ITESP: “*Nesse tipo de contrato, as despesas que exigem uma maior necessidade de aporte de recursos financeiros por parte dos assentados contratantes são referentes aos serviços agrícolas de motomecanização prestados pelas usinas aos beneficiários assentados. As outras despesas advêm dos demais custos diretos que envolvem o plantio da referida cultura em áreas dos lotes agrícolas dos assentamentos rurais, que não se encontram devidamente preparadas para realização dos cultivos agrícolas*”. Informação pública disponível em <http://www.afitesp.com.br/>.

**Tabela 3 – Produção e renda agropecuária de uma família assentada
(ano agrícola de 2010/2011)**

Produto	Produção Anual	Preço de venda	Receita bruta anual
Milho	128 sacas	R\$ 30,00/saca	R\$ 3.840,00
Eucalipto	50 metros	R\$ 40,00/metro	R\$ 2.000,00
Frangos	40 aves	R\$ 25/ave	R\$ 1.000,00
Suínos	40 leitões	R\$ 40,00/unidade	R\$ 1.600,00
Total bruta anual	-	-	R\$ 8.440,00
Total bruta mensal	-	-	R\$ 704,00

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas realizadas. Outubro de 2011. Algumas informações estão incompletas, pois os entrevistados não souberam responder.

O caso descrito na tabela 3 apresenta um núcleo familiar composto por duas mulheres. Além da renda agropecuária, uma das assentadas recebe um salário mínimo de aposentadoria e ainda trabalha como empregada doméstica, recebendo, segundo entrevista, mais dois salários mínimos mensais. Somando todas as fontes de renda, agrícolas ou não, este núcleo consegue gerar R\$ 2.339,00 mensais. Os custos de produção agrícola são relativamente baixos, totalizando aproximadamente R\$ 200,00 por ano com fertilizantes.

Segundo as entrevistas com os assentados, o melhor modelo de produção e comercialização é aquele em que a família está inserida em diversas cadeias: ao mesmo tempo em que tem cana no lote, com venda já garantida, consegue destinar até dois hectares para eucalipto, hortaliças e pelo menos duas vacas leiteiras.

Sem dúvida, os programas federais aumentaram a produção de horticultura e fruticultura no assentamento. No que tange ao PNAE, as prefeituras ainda estão se organizando para receber os produtos da agricultura familiar. Questionado sobre o motivo da lentidão das prefeituras da região, o técnico do ITESP ponderou sobre o receio de alguns administradores públicos em comprar produtos sem licitação.

Outra cultura que também foi capaz de gerar renda em um volume acima das expectativas foi o plantio de eucalipto em alguns lotes. No ano de 2009 o ITESP conseguiu junto a CELPAV (Companhia Votorantim de Celulose e Papel)²² a doação de 150 mil mudas da árvore, ficando ajustado que o assentado que plantasse o eucalipto não precisava necessariamente vender a madeira à empresa, após o corte. Quando o caule passou a medir entre 10 e 12 centímetros de diâmetro (ideal para ser usado como escora de laje na construção civil), os assentados começaram o corte e a venda.

²² Atualmente International Paper do Brasil

A partir das informações colhidas com um entrevistado, pode-se deduzir que em um período de 3 anos, valendo-se de apenas um hectare por família em média, os assentados obtiveram, com o eucalipto, um faturamento da ordem de R\$ 12.800,00, ou R\$ 4.267,00 por ano²³.

O Guarani conta também com aproximadamente 450 ha de milho, cultura presente em quase todos os lotes, para consumo humano e animal, e o maracujá, cultivo realizado por um grupo de dez famílias, reunidas por afinidade pessoal que juntas cultivam aproximadamente 4 mil pés do fruto em uma área de 10 hectares²⁴.

A criação de pequenos animais também é significativa na geração de renda das famílias assentadas, notadamente aves. Inicialmente foi feito um projeto com galinhas caipiras semiconfinadas, voltado ao autoconsumo, mas que se transformou em um projeto bastante comercial. As aves são vendidas a R\$ 20,00 cada, no próprio assentamento, para comerciantes locais, e o aumento da procura, segundo relatos, se explica pelos hábitos de consumo de parte dos cortadores de cana, residentes nas periferias de núcleos urbanos do entorno.

Sem objetivos comerciais definidos, existem outros grupos por afinidades, a exemplo do grupo de aproximado de 40 famílias que produz milho; o grupo que produz mucuna, com cerca 15 famílias; o grupo que produz frango caipira, que já é superior a 30 famílias. No que tange à comercialização, os membros destes grupos organizados por afinidade relataram que, antes mesmo da colheita, comerciantes dos municípios do entorno procuram os assentados para comprar, pagando à vista e revendendo no comércio local.

Os trabalhadores que não contam com canais institucionais de comercialização vendem suas mercadorias de forma improvisada, mas de modo bem funcional. No caso do maracujá, por exemplo, os assentados dividem o frete de um pequeno caminhão e levam o produto para o município de São Carlos para venda direta em estabelecimentos comerciais de hortifrutigranjeiros. Em síntese, as estratégias de comercialização das famílias assentadas são variadas. Alguns frequentam feiras com produtos próprios e de vizinhos e outros vendem de porta em porta, em Pradópolis e Guatapará.

²³ Cálculo realizado considerando 1.600 árvores por hectare, cortadas com oito metros ao preço de R\$1,00 o metro linear.

²⁴ O plantio do maracujá começou a partir de uma proposta da compra da produção pela empresa Delta Citros Ltda. de Bebedouro que, segundo relatos, interrompeu a compra sem explicações, obrigando os produtores a buscar a venda em estabelecimentos comerciais da cidade vizinha.

A renda final de um assentado é composta por um universo complexo, podendo ser citadas: a renda agrícola dentro e fora do assentamento; a renda não-agrícola; o peso do autoconsumo e, dentre outros, os programas de transferência de renda. Segundo entrevista com um dos técnicos do ITESP, existe um número significativo de titulares que se encontram com idade elevada. Isto, por seu turno, acaba por aumentar a importância da renda não-agrícola na área, devido à remuneração dos filhos em atividades urbanas mais a renda de previdência recebida pelos aposentados. Indagado sobre a renda mensal bruta, o técnico do ITESP, ressaltando a grande margem de imprecisão, estimou algo em torno de R\$ 800,00 a R\$ 1.000,00 ao mês.

Um dos técnicos ressaltou que, de modo generalizado, a segurança alimentar das famílias assentadas está garantida. Questionado sobre o peso do autoconsumo sobre o total produzido, o técnico acredita que de modo geral o peso fique entre 20% e 30% da receita agrícola bruta, aproximadamente R\$ 300,00 ao mês ou R\$ 3.600,00 ao ano.

No que diz respeito às condições de moradia no horto, a situação é confortável. Não existem casas que não sejam de alvenaria desde 2004, dois anos depois de o INCRA ter disponibilizado R\$ 5 mil, através do Banco do Brasil de Jaboticabal e o ITESP se responsabilizou pelos projetos de construção e/ou melhoria das residências. O apoio financeiro não foi suficiente, mas ajudou a fazer melhorias importantes nas residências.

A energia elétrica está presente em todas as residências. O programa a que as famílias tiveram acesso foi o programa estadual “Luz no Campo”, com o custo dividido em sessenta meses, mas com o lançamento do programa federal “Luz para Todos”, totalmente gratuito, os assentados conseguiram na justiça a suspensão dos pagamentos restantes. Existe uma demanda deste, e também de outros assentamentos, para que a rede elétrica seja trifásica, o que melhoraria o uso de máquinas e equipamentos que requerem este tipo de rede. No acesso à água para consumo humano não existem problemas significativos, ainda que a maior dificuldade esteja nos tratamentos culturais. A área é cortada pelo rio Mogi e ainda conta com uma lagoa dentro do horto; mas, devido à grande extensão do assentamento, estes recursos não são acessíveis a todos os titulares.

O assentamento contou com a ajuda do ITESP na construção de poços artesianos que atendem, segundo dados da CATI (2010), apenas 32% dos lotes. Na tentativa de amenizar o problema, a prefeitura disponibiliza um caminhão pipa que atende a 17% dos lotes e, segundo o relato dos entrevistados, passa em intervalos de 40 dias no assentamento. A rede de abastecimento foi feita pelos assentados, com recursos escassos e com baixa eficiência, deixando 51% dos lotes à mercê de poços-cacimbas ou de ajuda de vizinhos²⁵.

Assim como no horto Ibitiúva, o Guarani também registrou retrocessos nos serviços de saúde. No biênio de 2001/02, o ITESP juntamente com a secretaria de saúde trabalhou na implantação do PSF específico para assentados e, no Guarani, chegou-se a ter implantado o programa dentro do horto, mas sem explicações, as prefeituras de Pradópolis e Guatapará o interromperam e optaram por oferecer o sistema básico de acolhimento nos respectivos municípios. No caso do PSF, ele previa plantões médicos dentro do assentamento e visitas nas residências. Interessante notar que a comunidade do Guarani não reivindicou a continuidade do PSF no assentamento. Sobre as condições de saneamento básico, há necessidade de melhoras. A fossa séptica biodigestora é uma exceção encontrada em menos de 10 lotes, sendo que a maioria absoluta (mais de 90% das famílias) se vale do uso de fossas negras. A orientação dada pelo ITESP para evitar contaminações é a distância correta entre as fossas e os poços de água²⁶.

Quanto à educação básica, todas as crianças frequentam regularmente a escola. Os alunos contam com transporte até as escolas de Pradópolis ou Guatapará, municípios responsáveis pelo oferecimento do transporte público gratuito; quanto à sua eficiência, durante as entrevistas não foi mencionada nenhuma questão negativa neste sentido. Outros projetos alternativos merecem destaque, a exemplo do Projeto EJA (Educação de Jovens e Adultos), que formou turmas noturnas para diminuir o analfabetismo, especialmente entre os adultos e idosos, mas, mesmo contanto com ações do EJA, por motivos diversos, ainda é registrado analfabetismo no horto.

²⁵ Informações disponíveis no Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável elaborado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

²⁶ O custo da fossa séptica é relativamente pequeno. Com R\$ 700,00 é possível fazer um sistema com três caixas plásticas e algumas conexões para ligação entre elas. Os benefícios deste sistema vão além da melhora nas condições de saneamento, pois ele também gera como resíduo biofertilizantes para a olericultura.

Ainda sobre educação, a Fundação ITESP não conseguiu disponibilizar cursos técnicos específicos para os assentados que, segundo relato colhido, se deve à inexistência de uma demanda suficiente em números de pessoas para justificar uma iniciativa neste aspecto. Mas, em pesquisa de campo, registraram-se casos de jovens que se formaram nas áreas de educação, agropecuária e saúde. O motivo de demanda insuficiente para a realização de cursos específicos é um argumento que, durante a pesquisa, causou certa estranheza por dois motivos: primeiro, porque nos outros assentamentos a oferta chegou antes de uma possível análise da demanda e, segundo, porque o Guarani tem o maior número de famílias dentre todos os assentamentos estaduais da região.

Sobre as dificuldades, um dos técnicos entrevistados enumera três fatores, o primeiro é o problema de infraestrutura com relação à água, o segundo é com relação a edificações coletivas ou espaços comunitários, e, por fim, o pequeno apoio do poder público municipal, em razão de ser a prefeitura pouco presente no desenvolvimento rural. Este último fator de dificuldade se torna mais grave na medida em que muitas das políticas públicas acabam sendo municipalizadas e isto implica no aumento da importância das prefeituras no desenvolvimento dos assentamentos rurais.

O desafio do Horto Guarani, que é algo generalizado em outras áreas, é a dificuldade de mostrar aos jovens que é possível ter uma vida no meio rural igual ou, em muitos aspectos, superior à da cidade no que se refere à qualidade de vida e de reprodução social. Para muitos entrevistados, o acesso ao lote propiciou mais que um sonho realizado à custa de muita luta; ajudou também a ter acesso a um conjunto de políticas públicas de diversas esferas, aumentando o sentimento de cidadania. Em que pese a trajetória das famílias ser bastante heterogênea, a melhora das condições de trabalho e vida foi generalizada e conquistada gradativamente durante os doze anos de assentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de assentamentos, em tese, gera trabalho, melhora a qualidade de vida dos assentados e reduz o movimento migratório rumo às cidades. Mas, para o efetivo sucesso destes empreendimentos, é necessário que os assentamentos sejam dotados de infraestrutura, tanto produtiva como social que garanta estabilidade familiar e, neste sentido, acesso à saúde e à educação são fundamentais. O acesso a serviços de saúde e de educação constitui estímulo à permanência dos assentados na terra e tem importância cabal nas decisões da segunda geração das famílias assentadas. Os assentamentos da região, mesmo diante das grandes dificuldades listadas nos estudos de caso apresentados anteriormente, confirmam as justificativas sociais de sua constituição.

Estes assentamentos, em suas estratégias de produção e reprodução social em uma região hegemônica pela agricultura moderna, de grande participação do capital internacional, demonstraram a inconsistência do argumento de superação da reforma agrária enquanto uma política social importante para o enfrentamento do desemprego. A diversidade das origens das famílias, suas experiências anteriores heterogêneas contribuem para reforçar a ideia de que nem o crescimento do agronegócio nem a expansão das atividades urbanas foram eficientes para combater a pobreza e o desemprego na região.

A conclusão mais evidente a ser tirada dos estudos de caso é que a criação de assentamentos rurais, mesmo em áreas tão dinâmicas como a de Ribeirão Preto, gera trabalho, melhora a qualidade de vida dos assentados e reduz o movimento migratório rumo às cidades. Sendo assim, são fundamentais investimentos públicos que tenham como foco a saúde, a educação, a moradia e a segurança jurídica, pois estes são os maiores estímulos à permanência dos assentados na terra e têm importância cabal nas decisões da segunda geração das famílias assentadas em permanecer nos assentamentos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, J. G. (2012). Políticas públicas e conflitos institucionais em assentamentos rurais: um estudo de caso da região administrativa de Ribeirão Preto. In: *Anais do 5º Encontro da Rede de Estudos Rurais*.

CARVALHO, J. G. (2011). *Questão Agrária e Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto*. Tese de Doutorado, UNICAMP.

NORDER, L. A. (2004). *Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstrução do trabalho rural no Brasil*. 2004. Tese de Doutorado, Universidade de Wageningen.

OLIVEIRA, A. S. (2006). *Assentamentos Rurais em Hortos Florestais da Região Norte do Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. UNIARA.

DADOS DAS ENTREVISTAS E DOS ENTREVISTADOS

Amarildo Fernandes, sociólogo, analista de desenvolvimento agrário do ITESP, responsável pelo assentamento Horto Guarani. Pradópolis, 05/10/2011.

Antônio Carlucci Neto, engenheiro agrônomo responsável pelo assentamento Horto Guarani. Pradópolis, 10/02/2011.

Jaime Fagundes dos Santos (seu Zico), assentado do Horto Ibitiúva. Pitangueiras, 11/02/2011

José Amarante, técnico em Desenvolvimento Agrário responsável pelos assentamentos Horto Córrego Rico e Horto Ibitiúva, vice-presidente da Associação dos funcionários do ITESP. Jaboticabal, 11/02/2011, Pitangueiras, 11/02/2011, Jaboticabal, 03/10/2011 e Pitangueiras, 04/10/2011.

Tânia Mara Baldão, assentada, presidente da Associação Terra Rica e vice-presidente da OMAQUES. Jaboticabal, 11/02/2011.

Milton dos Santos, assentado do Horto Guarani. Pradópolis, 05/10/2011